



CECIP

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO 2024

I - Característica da Entidade:

() Atendimento (Nos termos da Resolução CNAS n° 109/2009);

(X) Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos (Nos termos da Resolução CNAS n° 27/2011);

Modalidades de oferta de serviços/atividades para ATENDIMENTO - Resolução CNAS n° 109/2009 - Listar o(s) serviço(s)/atividade(s) de ATENDIMENTO que a Entidade executa:

Serviços de Proteção Social Básica:

() Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

() Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

() Serviço Especializado em Abordagem Social.

() Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

() Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

() Serviço de Acolhimento Institucional.

() Serviço de Acolhimento em República.

() Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

() Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

Benefícios Eventuais (nos termos da Lei n° 8.742/1993, alterada pela Lei n° 12.435/2011)

() Auxílio-natalidade.

() Auxílio-funeral.

() Vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família.

() Calamidade Pública para o atendimento das vítimas de modo a garantir sobrevivência e reconstrução da autonomia destas.

Modalidades de oferta de serviço(s)/atividade(s) de ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS - Resolução CNAS n° 27/2011:

Listar os serviços de ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS que a Entidade executa:

Ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos:

(X) Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.

(X) Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas.

() Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda.

() Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores

públicos, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.

(X) Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.

() Reivindicação da construção de novos direitos fundada em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.

(X) Formação político cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de Conselheiros/as e lideranças populares.

() Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projeto de assistência social.

Outras ofertas:

() Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua interação à vida comunitária nos termos da Resolução CNAS nº 34/2011. (Deverá ser considerado se a Entidade realiza atividades de habilitação e reabilitação por meio de programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigos 3º e 4º da Resolução CNAS nº 34/2011)

() Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho nos termos da Resolução CNAS nº 33/2011. (Deverá ser considerado se a entidade realiza atividades de promoção e integração ao mundo do trabalho nos termos do artigo 3º da Resolução CNAS nº 33/2011)

II – Finalidades Estatutárias

Artigo 4º - Constitui seu objeto social a utilização de tecnologias de comunicação, voltadas à educação, para a criação de materiais, utilizando técnicas audiovisuais – como cinema, vídeo, fotografia – ou gráficas com a produção de impressos; na formação, presencial ou por meio remoto em plataformas digitais, de facilitadores e na capacitação de jovens, professores, educadores, instrutores e técnicos das áreas de Educação, de Direitos de Cidadania, de Cultura, Arte e Tecnologia, de Saúde, de Meio Ambiente, capacitando multiplicadores para a utilização dos materiais produzidos e adoção das metodologias propostas nas respectivas áreas, visando a qualificação profissional. Também constitui seu objeto social a produção de longa metragens de ficção e documentários sobre a cultura brasileira e a realidade em que ela se expressa; a assessoria em TV comunitária e comunicação popular; a promoção e registro de eventos e exposições públicas em telão; a criação de campanhas de interesse público e a implementação das mesmas, e a proposição de políticas públicas voltadas à construção de uma sociedade mais justa.

III – Objetivos

O CECIP tem a missão de contribuir para a ampliação da democracia local e global, fortalecendo a cidadania por meio da educação, da comunicação, da arte e das tecnologias, criando de forma colaborativa conhecimentos e modos de fazer para influenciar políticas públicas que promovam direitos da humanidade e da natureza.

Para o cumprimento da missão, o CECIP atua sempre de forma integrada, concebendo e realizando cursos e formações de agentes de mudança, assessoramento para defesa e garantia de direitos, produções audiovisuais, publicações e campanhas sociais em respostas a demandas da sociedade.

Em 2022, foi criada a Política de Proteção do CECIP a pessoas em situação de vulnerabilidade, com propósito de prevenir, responder e encaminhar eventuais prejuízos causados a pessoas em situação de vulnerabilidade envolvidas nos projetos e ações que o CECIP realiza. Por isso, esta política se dirige a todas e todos que colaboram com e na instituição, seja na equipe direta ou indireta, como consultores ou prestadores de serviços externos.

IV – Origem dos Recursos

O CECIP se mantém através dos projetos que realiza, financiados por fundações nacionais e internacionais, autarquias, além de convênios com órgãos públicos, como Organização Social (OS), certificado que obteve em 2011 pela Secretaria de Cultura, transferido, posteriormente, à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia (2014). A origem dos recursos para o desenvolvimento dos projetos está mencionada na apresentação específica de cada um, a seguir.

V – Infraestrutura

O CECIP Centro de Criação de Imagem Popular, inscrito no CNPJ sob nº 29.260.676/0001-04, ocupa uma sede, própria, na Rua da Glória 190, apartamento 202, uma área de 255m². O CECIP possui os seguintes equipamentos na sede 3 MAC PRO, 15 desktops, 5 notebooks, 2 impressoras, 1 SmartTV 40” LED e mobiliário de escritório em cinco espaços de trabalho e duas salas de reunião (mesas, cadeiras e arquivos).

O CECIP realiza ações, desde julho de 2017, no Centro de Artes Calouste Gulbenkian – equipamento público vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. O CECIP Lab – Laboratório de Cultura Digital ocupa 8 salas para cursos de inclusão digital, equipada com computadores, câmeras, equipamentos de som, de edição, além de impressoras para atender aos laboratórios, que atendem jovens moradores da periferia urbana. Atualmente as atividades da RNBE – Rede Não Bata, Eduque são realizadas também neste espaço.

Os projetos, que acontecem fora da sede, têm seus recursos materiais e espaços garantidos pelas instituições financiadoras e/ou parceiros.

VI – Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

a) Público-Alvo:

b) Capacidade de Atendimento;

c) Recursos financeiros utilizados;

d) Recursos Humanos envolvidos, conforme dispõe as Resoluções CNAS nº 17/2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de Gestão do SUAS; nº 09/2014, que ratifica e reconhece as ocupações

e áreas profissionais de Ensino Médio e Fundamental do SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS;

e) Abrangência Territorial;

f) Demonstração da forma de como a Entidade ou Organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Em 2024, os projetos foram desenvolvidos de forma híbrida, aproveitando as facilidades do online para reuniões e seminários com o envolvimento de um número maior de participantes e promovendo ações presenciais na sede do CECIP, nas salas do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, bem como nas creches e postos de saúde de órgãos e instituições parceiras de Santa Teresa e Botafogo (Santa Marta) e no CIEP 303 Ayrton Senna da Silva, na Rocinha.

No período, foram realizados os seguintes projetos: Urban 95 - Fortalecimento de Redes para a Primeira Infância; Narrativas de Paz; Rede Não Bata, Eduque; Criança e Direitos; Curso para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância - 7ª edição; e Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha. Outros projetos que também contribuíram para a missão do CECIP, no âmbito nacional e internacional, são: Ativismo de Histórias - 365 dias vivos; Universidade do Bem Viver/ Campanha por um Currículo Global da Economia Social Solidária; e a gestão do Cine Henfil, equipamento público do município de Maricá (RJ).

Há 38 anos o CECIP trabalha com facilitação de mudanças sociais e educacionais e, tendo como um de seus fundadores Paulo Freire, desenvolveu metodologias de formação fundamentadas no diálogo e na participação*. A concepção de educação que orienta todos os processos é por uma educação libertadora, dialógica, problematizadora, transformadora, onde “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 1999, p. 25), para a qual os processos educativos são construídos através da percepção e da emoção, mais importando as experiências no caminho que o ponto de chegada. A metodologia utilizada para os planejamentos dos projetos compreende seis fases: escuta, análise, desenho, desenvolvimento, implementação e avaliação.

Nas próximas páginas, apresentaremos os projetos que estiveram em curso no período de 2024, com foco nas informações relacionadas no item VI, de acordo com o modelo do Relatório solicitado pelo CMAS.



CECIP

Projeto 1: Urban 95 - Fortalecimento de redes pela Primeira Infância	
Sumário da Proposta	A Iniciativa Urban95 Brasil tem como foco apoiar os municípios na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância. A iniciativa busca fortalecer a governança municipal, qualificar serviços e espaços públicos, e fomentar a cultura de monitoramento e avaliação.
Público-Alvo	Governos municipais, gestores públicos, equipes técnicas das prefeituras, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.
Objetivo	Promover políticas públicas baseadas em evidências para a primeira infância, garantindo a melhoria da qualidade dos serviços e espaços públicos, além de fortalecer a governança municipal e a sustentabilidade das ações.
Justificativa	Os municípios enfrentam desafios na implementação de políticas para a primeira infância, incluindo a falta de ferramentas de monitoramento, baixa integração entre setores e dificuldades na institucionalização das ações. A iniciativa visa preencher essas lacunas por meio de consultorias especializadas, apoio financeiro e capacitação técnica.
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none">• Consultorias para desenvolvimento de ferramentas de monitoramento e planejamento.• Implementação de espaços públicos voltados à primeira infância (bebetecas, praças, parques).• Fortalecimento de serviços como programas de integração familiar e comunitária.• Cirandas de Formação para trocas de experiências entre cidades.• Eventos e capacitações em mudança de comportamento e parentalidade positiva.• Desenvolvimento de guias e portfólios de projetos bem-sucedidos.



CECIP

Projeto 1: Urban 95 - Fortalecimento de redes pela Primeira Infância	
Sistema de avaliação	A iniciativa utiliza indicadores-chave para medir o impacto, incluindo: <ul style="list-style-type: none">• % de ações previstas nos PMPI implementadas.• % de cidades que implementaram novas ações voltadas à primeira infância.• % de projetos de primeira infância iniciados sem apoio direto do Urban95. A avaliação enfrenta desafios devido à ausência de cultura de monitoramento nos municípios. Como solução, foram implementadas consultorias para desenvolver ferramentas e sistematizar informações.
Recursos Financeiros	Fundação Bernard van Leer (Holanda)
Recursos Humanos	Coordenador Geral (Cientista Social); coordenadora administrativa (Professora); coordenadora do projeto (Pedagoga); articuladora com as cidades (Comunicadora Social); assistente de projeto (especialista em gestão de relações humanas e educação transformadora); designer (Comunicadora Visual); consultora em arquitetura e urbanismo; assistente social.
Abrangência Territorial	Municipal, Estadual e Nacional

Projeto 2: Narrativas de Paz	
Sumário da Proposta	Este projeto teve a intenção de estimular a prática de uma "cultura de paz" para o desenvolvimento infantil em contextos de violência urbana. Foi implantado no bairro de Santa Teresa e na favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, voltado para profissionais da educação infantil. Com base em metodologias desenvolvidas pelo CECIP de manejo de conflitos, o projeto teve como objetivo exercitar a Cultura de Paz com profissionais que atendem as crianças na cidade. O projeto trouxe à tona o debate da primeira infância livre de violências na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças pequenas.
Público-Alvo	Profissionais de quatro instituições de educação infantil da cidade do Rio de Janeiro; 40 educadores de regiões diversas da cidade; agentes comunitários de saúde que acompanham as instituições que irão participar do projeto.



CECIP

Projeto 2: Narrativas de Paz	
Objetivo	Conscientizar os profissionais da educação infantil sobre a diversidade das crianças na primeira infância, e capacitá-los nas metodologias de cultura de paz, educação antirracista e diversidade de gênero, para que possam educar para a gestão de conflitos de forma solidária e coletiva, oferecendo alternativas ao contexto social que educam crianças e famílias para lidar com a violência. Promover a articulação e fortalecer os vínculos entre os profissionais de saúde e educação e as famílias para priorizar o cuidado e a educação das crianças nos territórios do projeto.
Justificativa	O cruzamento do aumento real da violência com o reforço diário das narrativas da mídia desenha um cenário de banalização da violência no Rio de Janeiro. O impacto desse cenário nas crianças pequenas pode ser devastador, e é por isso que a cultura de paz é urgente: para a construção de outras narrativas para a população, para a abertura de espaços para dialogar e construir soluções coletivas, para permitir que as crianças não sejam socializadas num contexto de confronto, por um lado, e de descaso por outro, reproduzindo o ciclo da violência numa espiral da exclusão social.
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none">• Curso de 16h para profissionais da Educação Infantil de todas as CREs em Cultura de Paz, educação antirracista e equidade de gênero. Duração: fevereiro e março de 2024.• Evento de culminância do projeto para todos os participantes, em março de 2024.• Elaboração de publicação com a sistematização do projeto. Duração: março e abril de 2024. Site do projeto: https://cecip.org.br/narrativasdepaz/curso/
Sistema de avaliação	As ações de articulação com os parceiros aconteceram ao longo de toda a implementação do projeto, e foram importantes para o monitoramento coletivo e para a sustentabilidade da metodologia. Além do monitoramento feito pela equipe, com a relatoria dos resultados e andamento das ações para as partes interessadas, o projeto foi avaliado por uma consultoria externa, com metodologias de colheita de resultados e colheita de narrativas.
Recursos Financeiros	Porticus (instituto internacional)
Recursos Humanos	Diretor geral (professor/arquiteto urbanista); coordenadora geral de projetos (cientista social); apoio administrativo; coordenadora do projeto (historiadora); quatro facilitadoras (comunicadora social, psicóloga, assistente social e educadora); comunicadora (artista visual); duas consultoras (avaliadoras de projetos).



CECIP

Projeto 2: Narrativas de Paz

**Abrangência
Territorial**

Municipal

Projeto 3: Rede Não Bata, Eduque

**Sumário da
Proposta**

Desde 2022, o CECIP tem atuado como Secretaria Executiva da Rede Não Bata, Eduque (RNBE), formada por mais de 300 organizações que trabalham na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A RNBE atua na promoção de uma cultura de educação não-violenta, luta pelo fim do uso dos castigos físicos e humilhantes contra crianças e adolescentes, tendo-os como atores centrais dessa mudança.

Em 2024, a RNBE esteve voltada para a realização das ações do projeto Criança e Direitos, com o objetivo de promover ações de prevenção das violências, em especial intrafamiliar, por meio de oficinas voltadas para operadores do SGD, abordando a importância dos Planos pela Primeira Infância na perspectiva da promoção, proteção e controle dessas violências no Sudeste. Promoveu também ações diretas de prevenção das violências no âmbito do município do RJ, e uma campanha em alusão aos 10 anos da Lei Menino Bernardo, contribuindo para a proteção de crianças na primeira infância.

Além disso, a segunda temporada dos programas em vídeo “De Jovem pra Jovem” e “Conversa entre Gerações”, postados no YouTube, estimulou a participação em todo o processo dos jovens mobilizadores da Rede Não Bata, Eduque.

Realizamos oficinas no âmbito da cartilha “Lei Menino Bernardo” em diferentes regiões da Cidade do Rio de Janeiro com operadores do Sistema de Garantia de Direitos; participamos, com a presença de adolescentes, de uma campanha internacional sobre saúde sexual e reprodutiva, do 23º Congresso Pan-Americano e do 4º Fórum de Crianças e Adolescentes do IIN-OEA, em El Salvador, além do encontro presencial da campanha *Mitos Fuera del Juego*, no Panamá.

Público-Alvo

Profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, organizações da sociedade civil, legisladores e agentes públicos, crianças, adolescentes e jovens, adultos, idosos, população em geral que acessa as ações da Rede pela Campanha Nacional pela Educação sem Violência no Brasil, em especial em 2024 pelo projeto Criança e Direitos nos 4 estados da região Sudeste e internacionalmente pelas ações em parceria com o programa PASC - Programa de Apoio à Sociedade Civil na América Latina e Caribe.



CECIP

Projeto 3: Rede Não Bata, Eduque	
Objetivos	<p>A Rede Não Bata, Eduque atua na promoção de uma cultura de educação não-violenta, luta pelo fim do uso dos castigos físicos e humilhantes contra crianças e adolescentes, tendo-os como atores centrais dessa mudança.</p> <p>Em 2024, os 10 anos da lei Menino Bernardo guiaram as ações de promoção da Lei Menino Bernardo e prevenção de violências contra crianças e adolescentes.</p>
Justificativa	<p>Crianças e adolescentes foram as principais vítimas de violações de direitos em 2023 no Brasil, segundo o Disque 100. Quase 190 mil denúncias de violências contra esse grupo foram registradas entre janeiro e outubro. Setenta por cento ocorreram em casa, no ambiente familiar.</p> <p>O cenário de violência contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico faz com que seja fundamental a divulgação de ações de prevenção, atenção voltada às crianças e famílias para o rompimento do ciclo de violência, articulação entre operadores do Sistema de Garantia de Direitos, formação continuada, campanhas de sensibilização, entre outras ações. Todas estas ações estão previstas na Lei 13.010/2014 – Lei Menino Bernardo, que precisa ser materializada na vida da população brasileira.</p>
Atividades realizadas	<p>Em março, a partir de uma parceria com a @rederiocrianca, a Rede Não Bata, Eduque realizou um encontro com cerca de 16 mulheres moradoras de ocupações urbanas do Centro do Rio de Janeiro.</p> <p>Em abril, foi realizada oficina de formação sobre a cartilha “Lei Menino Bernardo” no curso de educadores sociais do Núcleo Especial de Atenção à Criança (@ong.neac). A turma era aberta às lideranças e instituições da comunidade. Cerca de 20 participantes. Ainda em abril, representante da RNBE participou como delegado da 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em Brasília, e promovemos uma formação da cartilha “Lei Menino Bernardo” junto com o Centro Comunitário Terra dos Homens (@ccth_terradoshomens).</p> <p>Em maio, a RNBE promoveu um encontro com as famílias acompanhadas pela Pastoral do Menor, participou da Semana do Bebê em São Gonçalo, e seus mobilizadores colaboraram com a produção no Brasil dos materiais de divulgação do concurso <i>Zoom a tus Derechos</i>.</p> <p>Em junho, a articuladora Ana Paula Rodrigues participou do programa “Conexão”, do Canal Futura (@canal_futura), cujo tema foi a prevenção de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Houve o lançamento da Campanha dos 10 anos da Lei Menino Bernardo. Junto à Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, o Núcleo de Estudos da Violência e a KNH-Brasil, a RNBE realizou o webinar “10 anos da Lei Menino Bernardo: desafios e potencialidades para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes”. Organizou ainda o Seminário “Prevenir violências é fazer diferente! 10 anos da Lei Menino Bernardo”, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (@defensoria.rj).</p>



CECIP

Projeto 3: Rede Não Bata, Eduque	
	<p>No Rio de Janeiro, a Rede promoveu uma ação no metrô da Carioca, com atividades, distribuição de cartilhas e entrevistas com o público sobre a Lei Menino Bernardo. @portal_lunetas publicou em rede nacional uma reportagem sobre os 10 anos da Lei Menino Bernardo, com a participação da coordenadora da RNBE, Soraia Melo. Em audiência pública realizada na Câmara Municipal dos Vereadores em Goiânia, a RNBE promoveu blitz que literalmente parou o trânsito pelos 10 anos da Lei Menino Bernardo! Foi realizada ação social em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, fruto de parcerias com diversos serviços, organizações e órgãos públicos, entre os quais a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (@defensoria.rj) e o Núcleo Especial de Atenção à Criança (@ong.neac).</p> <p>Em agosto, a RNBE esteve em Fortaleza (CE) para o Conexão Perifa, ação do Cedeca Ceará, em um intercâmbio entre jovens. Lançamos o projeto Criança e Direitos e participamos da IX Semana de Valorização da Primeira Infância do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).</p> <p>Em setembro, foram lançados dois programas “Conversa entre gerações” sobre o resultado da campanha, e um “De Jovem pra Jovem” sobre violências com os mobilizadores da Rede.</p> <p>Em outubro, participamos do 23º Congresso Pan-Americano e do 4º Fórum de Crianças e Adolescentes do IIN-OEA, em El Salvador.</p> <p>Em novembro, participamos do G20 Social, realizando atividades ligadas à garantia de direitos.</p> <p>Em dezembro, estivemos no Panamá participando da criação de uma campanha sobre saúde sexual e reprodutiva, desenvolvida pela @chicos_net. O lançamento da campanha “Educação Positiva”, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, contou com a participação do CECIP e da RNBE. Promovemos o seminário “Criança e Direitos”, no Rio de Janeiro.</p>
Sistema de avaliação	<p>A avaliação das ações da Rede Não Bata, Eduque foi processual, com coleta de evidências e acompanhamento das ações realizadas. Reuniões de equipe, com grupo gestor, parceiros, adolescentes e responsáveis que compõem o grupo de mobilizadores, colaboraram nos processos de avaliação de qualidade e quantidade.</p> <p>O processo de monitoramento e avaliação incluiu relatórios de atividades e financeiro; reuniões periódicas com as equipes; registro fotográfico; controles de inscrição e listas de presença de processos de formação; avaliação dos participantes dos processos formativos; disseminação do conteúdo dos programas nos canais e perfis de YouTube, Facebook e Instagram.</p>
Recursos Financeiros	<p>Save The Children. Para o projeto “Criança e Direitos”: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.</p>



CECIP

Recursos Humanos	Coordenadora do projeto (jornalista); duas articuladoras (assistente social e nutricionista); jornalista; estagiária de comunicação (Produção Cultural cursando), educadora (historiadora e designer), profissional multimídia, orientador (estudante do ensino médio) e oito adolescentes mobilizadores (estudantes dos ensinos fundamental e médio).
Abrangência territorial	Municipal, Estadual, Nacional e América Latina.



Projeto 4: Criança e Direitos	
Sumário da Proposta	Promover ações de prevenção das violências, em especial intrafamiliar, com oficinas voltadas para operadores do SGD, abordando a importância dos Planos pela Primeira Infância na perspectiva da promoção, proteção e controle dessas violências no Sudeste. Realizar ações diretas de prevenção das violências no âmbito do município do RJ. Produzir uma campanha em alusão aos 10 anos da Lei Menino Bernardo, contribuindo para a proteção de crianças na primeira infância.
Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none">• 80 operadores do Sistema de Garantia de Direitos de crianças na primeira infância nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais;• 60 operadores de direito nas regiões da Zona Oeste, Grande Pavuna e Centro do município do Rio de Janeiro;• 30 famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social atendidas diretamente;• Público em geral sensibilizado pela Campanha Nacional pela Educação sem Violência.
Objetivos	<p>Contribuir para o fortalecimento da rede de atendimento dos direitos das crianças na primeira infância, bem como com a democracia participativa de organizações da sociedade civil, convidadas a participar dos processos de formação junto com os profissionais dos CRAS, CREAS, operadores do direito, entre outros.</p> <p>Na capital do Rio de Janeiro, o foco são as regiões periféricas com alto índice de violência, na grande Pavuna, onde há maior concentração de homicídios de adolescentes e jovens negros, e na zona oeste, amplamente dominada pela narcomilícia. A intenção nestes territórios é sensibilizar a rede de atendimento para o tema, promovendo a integração das organizações, órgãos e profissionais para que possam colaborar com a prevenção e identificar precocemente crianças na primeira infância em situação de violências, proporcionando-lhes um atendimento mais qualificado.</p>
Justificativa	<p>A violência no Brasil afeta a vida de milhares de crianças, com consequências emocionais, sociais e econômicas de longo prazo. No primeiro semestre de 2022, foram registradas 122.823 violações contra crianças de até 6 anos - cerca de 84% delas cometidas por familiares (mãe, pai, madrasta/padrasto ou avós), revelou o estudo "Prevenção da Violência Contra a Criança", lançado pelo Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI).</p> <p>Os principais tipos de violência registrados foram maus-tratos, insubsistência afetiva, exposição ao risco de saúde, tortura psíquica e constrangimento. Outro dado alarmante se refere à violência sexual: 61,3% do total de estupros são de vulneráveis (0 a 13 anos); desses, 19,1% das vítimas estão concentradas na faixa etária de 5 a 9 anos e 10,5% na faixa de 0 a 4 anos.</p>



Projeto 4: Criança e Direitos	
	<p>No Rio de Janeiro, chama a atenção o aumento da violência contra crianças de até 4 anos. O Rio é, proporcionalmente, o estado brasileiro que teve o maior número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes em 2020 (Disque 100 / MMFDH). Os índices de violência contra crianças na primeira infância reforçam a urgência das ações intersectoriais abordadas por este projeto, com foco em três eixos: disseminação de informações/ formação; atendimento direto/ atenção especializada psicossocial, jurídica, articulada em rede; e prevenção/campanha pública de sensibilização.</p>
Atividades executadas	<p>Oficina “Criança e Direitos: como prevenir violências a partir do Plano Nacional pela Primeira Infância”, com 46 participantes. 16 e 17 de dezembro, no Rio de Janeiro. Parceiro: CEDCA/RJ – Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Participação de profissionais de 5 municípios do estado do Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Niterói, Rio de Janeiro, São João de Meriti e São Gonçalo.</p> <p>Oficina “Criança e Direitos – prevenção das violências na primeira infância em nível local”, em três regiões da cidade do Rio de Janeiro, entre agosto e dezembro de 2024: Centro (30 participantes), Grande Pavuna (30 participantes), Zona Oeste (19 participantes).</p> <p>Em dezembro recebemos o encaminhamento de oito famílias para o início do atendimento na Zona Oeste.</p> <p>Campanha Nacional pela Educação sem Violência (produtos e resultados detalhados no Anexo I).</p> <p>Para o desenvolvimento das atividades previstas no projeto realizamos parcerias com as seguintes organizações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Areninha Terra• Assembleia Legislativa de Goiás• Câmara Municipal de Goiânia• Centro de Artes Calouste Gulbenkian• Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes• CREAS João Hélio Fernandes Vieites• Creche Cantinho Feliz• Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro• Fundação Angélica Goulart• Instituto Trilho• Metrô Rio• NEAC – Núcleo Especial de Atenção à Criança• Rede de Atenção à Crianças, Adolescentes e Mulheres em situação de violência de Goiânia• Rede Nacional pela Primeira Infância• Rede Nudeca - Núcleo de Defesa da Criança e Adolescente - Guaratiba



CECIP

Projeto 4: Criança e Direitos	
	<ul style="list-style-type: none">• Rede Peteca – Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil
Sistema de avaliação	<p>A avaliação das ações do projeto “Criança e Direitos” foi realizada de forma processual, com coleta de evidências e acompanhamento das ações realizadas. Reuniões de equipe, supervisão, avaliação dos participantes nas oficinas e contabilização quantitativa.</p> <p>Ao final de cada encontro da oficina “Criança e Direitos” nos territórios, solicitamos aos participantes o preenchimento anônimo de um formulário eletrônico de avaliação.</p>
Recursos Financeiros	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Recursos Humanos	Coordenadora de projetos (cientista social); coordenadora executiva (bacharel em Serviço Social); coordenadora de comunicação (jornalista); 2 técnicas (assistente social e psicóloga), supervisora, profissional de comunicação, designer, profissional multimídia; 4 facilitadores (área de humanas); 4 consultores (com experiência na área); 1 mobilizador e 1 auxiliar administrativo.
Abrangência territorial	Município do Rio de Janeiro, Região Sudeste e Nacional



CECIP

Projeto 5: 7ª edição do Curso de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância

Sumário da Proposta	<p>O CECIP faz parte da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), que atua na articulação e mobilização de políticas públicas para a primeira infância, tendo assumido, entre 2015 e 2017, seu primeiro período na gestão da Secretaria Executiva da Rede. Nesta ocasião, em parceria com a RNPI, o CECIP desenvolveu o Curso de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, que acontece desde 2017, em modalidade online, e tem contribuído, diretamente e indiretamente, para a elaboração de planos municipais em diferentes estados brasileiros.</p> <p>Nesta 7ª edição, produzida e implementada em 2024, a proposta foi adaptar o curso a um formato autoguiado, continuamente disponível em plataforma virtual da RNPI, ampliando o acesso ao público e permitindo que cada participante trilhe o percurso formativo dentro de suas possibilidades de tempo e rotina, de forma a funcionar como um apoio sistemático às cidades que desejam elaborar seus planos municipais. Deste modo, o conteúdo passou a estar acessível a todos os interessados de forma permanente, sem a necessidade de turmas com duração definida. O processo de seleção de cursistas foi substituído por uma atividade de introdução, cujas respostas traçam um perfil dos participantes e de seus municípios.</p> <p>A iniciativa visa somar esforços, em conjunto com a RNPI, para a produção de um curso de baixo custo, que pudesse estimular cada vez mais municípios a priorizarem a primeira infância em suas políticas públicas.</p>
Público-Alvo	<p>Integrantes e parceiros da RNPI, gestores públicos, técnicos municipais, representantes de organizações da sociedade civil ligados à área da primeira infância e articuladores de políticas públicas.</p>
Objetivo	<p>Contribuir para a formação de cidadãos capazes de articular e desenvolver planos municipais pela primeira infância no Brasil, oferecendo e ampliando o acesso a materiais de apoio e a ferramentas para que os municípios possam elaborar seus planos, além de disponibilizar exemplos de experiências exitosas.</p>
Justificativa	<p>O Brasil possui uma das leis mais avançadas do mundo no que diz respeito à garantia dos direitos das crianças na Primeira Infância: o Marco Legal da Primeira Infância, que foi sancionado em 2016. Um dos grandes avanços desta lei é a concepção de uma política nacional integrada para a Primeira Infância, com abordagem e coordenação intersetorial, e que prevê implementação com a corresponsabilidade entre União, Estados e Municípios.</p> <p>A continuidade deste curso, com a possibilidade de ampliação do acesso a um maior número de interessados, contribui com a implementação do Marco Legal à medida que sensibiliza gestores e profissionais da área da infância para</p>



CECIP

Projeto 5: 7ª edição do Curso de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância	
	<p>a articulação e desenvolvimento de ações em prol da Primeira Infância em nível municipal, com a construção do PMPI.</p> <p>Essa ação está alinhada aos objetivos da Rede Nacional Primeira Infância de apoiar municípios a criarem e gerirem seus PMPIs em escala nacional.</p>
Atividades realizadas	<p>Articulação com a RNPI e definição do conteúdo programático do curso – janeiro a março de 2024;</p> <p>Adaptação do conteúdo ao formato autoguiado: estruturação dos três módulos da formação e do módulo de introdução; desenvolvimento de identidade visual; produção textual e gráfica para as 12 aulas e para os conteúdos da introdução; produção das atividades online que encerram cada módulo; produção dos questionários inicial e final; estruturação da seção “Para saber mais”, com disponibilização de conteúdos complementares; desenho e implementação das páginas na plataforma Moodle – março a maio de 2024;</p> <p>Produção de materiais de divulgação e certificado – abril a junho de 2024;</p> <p>Início do curso, com aula inaugural online ao vivo (aula aberta, transmitida via YouTube da RNPI) – 13 de maio de 2024;</p> <p>Segunda aula online ao vivo (aula aberta, transmitida via YouTube da RNPI) – 20 de junho de 2024;</p> <p>Monitoramento de acessos e participação – maio a julho de 2024;</p> <p>Produção de relatório com leitura, sistematização e interpretação de dados de acesso, participação e conclusão, do perfil dos participantes e de seus municípios e das respostas aos questionários inicial e final – agosto de 2024.</p>
Sistema de avaliação	<p>A partir do lançamento do curso, em 13 de maio de 2024, até 31 de julho de 2024, o monitoramento das inscrições de novos participantes, acessos aos conteúdos, respostas às atividades propostas e participantes concluindo a formação e gerando seus certificados foi feito pela equipe do CECIP, que realizou uma leitura dos dados gerados pela plataforma online, para sistematização e produção de relatório. A continuidade deste acompanhamento, a partir de agosto de 2024, ficou a cargo da Rede Nacional Primeira Infância.</p>
Recursos Financeiros	<p>Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, via Rede Nacional Primeira Infância.</p>



CECIP

Projeto 5: 7ª edição do Curso de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância	
Recursos Humanos	Uma coordenadora administrativa; uma coordenadora de projeto; editora de conteúdo e produtora de textos (jornalista); uma comunicadora visual (designer); uma consultora de conteúdo (comunicadora).
Abrangência territorial	Municipal, Estadual e Nacional.



CECIP

Projeto 6: Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha	
Sumário da Proposta	Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha é um projeto de educação popular voltado para a formação em comunicação comunitária com o objetivo de produzir e difundir conteúdos que contribuam para o processo de implementação de ações de saúde integral no território e enfrentamento da epidemia de desinformação contemporânea (“desinfodemia”). A partir da experiência do CECIP, com metodologia participativa e práticas comunicacionais comunitárias, o projeto objetiva estimular a interpretação crítica da informação veiculada nas mídias e redes sociais e oferecer formação para que jovens estudantes do ensino médio, do CIEP Ayrton Senna, possam expressar-se enquanto sujeitos da produção de conteúdos, estabelecendo graus de interação e de reconhecimento comunicacional em favor dos interesses de sua comunidade. O projeto realiza oficinas de formação em mídias digitais, produção audiovisual e comunicação popular. Foram formados 20 multiplicadores, estudantes do segundo e terceiro anos do ensino médio.
Público-Alvo	Direto: 20 jovens estudantes do CIEP 303 Ayrton Senna da Silva – dos 2º e 3º anos do Ensino Médio. Indireto: Moradores da favela da Rocinha.
Objetivo	Implantar ações de educação e comunicação comunitária para a promoção da saúde integral com alunos do CIEP Ayrton Senna, formando multiplicadores para combater a desinformação no bairro da Rocinha.



CECIP

Projeto 6: Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha

Justificativa

A partir do Censo IBGE/2022, a Rocinha passou a ser considerada a segunda maior favela do país, com 67.199 habitantes, mas organizações comunitárias consideram que os registros subestimam os dados reais, e que a população local pode chegar a 150 mil pessoas. A transformação do espaço urbano tem sido frequente nas últimas décadas, seja pela dinâmica do território ou por projetos públicos, muitas vezes interrompidos, e que não apresentam soluções para os graves problemas de infraestrutura e saneamento, trazendo inúmeros desafios para a população. A consulta a dados secundários e entrevistas com lideranças comunitárias e agentes públicos realizadas no período da pandemia da Covid-19 apontaram que o território sofre com os problemas de desigualdade social comuns a outras favelas: precariedade das habitações, saneamento básico insuficiente, violência urbana, direitos desrespeitados, aumento do trabalho informal e perda de renda (“Ações e políticas públicas para conter a Covid-19 e seus impactos sociais”, Observatório COVID-19/Fiocruz). Somam-se ao quadro os prejuízos da desinformação que circula nas mídias sociais e que, durante a pandemia, ganhou grandes proporções levando à hesitação vacinal e, por consequência, ao risco das baixas coberturas vacinais.

A Rocinha tem 6 escolas: EM André Urani, EM Francisco de Paula Brito, EM Abelardo Chacrinha Barbosa, Escola Municipal Luiz Paulo Horta, CIEP Dr. Bento Rubião e o CIEP Ayrton Senna.

O projeto Jovens Repórteres da Rocinha, que vem sendo realizado pelo CECIP no CIEP Ayrton Senna desde outubro de 2023, busca em parceria com a escola a formação de novas lideranças em comunicação comunitária. E se propõe a refletir sobre as possibilidades de articulação desta iniciativa com o currículo escolar, a partir do uso de ferramentas digitais na educação para a produção de conteúdo sobre os problemas que afetam a saúde integral nos territórios de favela. Busca promover desenvolvimento pessoal, social, técnico, artístico e profissional em comunicação comunitária de jovens do bairro da Rocinha por meio de oficinas com metodologias participativas que facilitem a produção de informação crítica e livre expressão artística com apropriação do uso de tecnologia digital. O projeto implantou no espaço do CIEP um laboratório de mídias digitais com 3 notebooks, 4 celulares e ponto de internet, que foram doados à escola.



Projeto 6: Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha	
	<p>Para que a comunidade da Rocinha tenha acesso à produção dos Jovens Repórteres, o projeto articulou uma rede de colaborações com projetos de comunicação, sociais e culturais da comunidade, com o objetivo de promover ações coletivas de formação, produção e difusão de conteúdos contra a desinformação.</p> <p>Além disso, foram estabelecidas parcerias com instituições acadêmicas que atuam com os campos da pesquisa em educação, como o Núcleo de Reflexão sobre Cultura Digital, Juventude e Ensino Médio da PUC-Rio, o Laboratório de Currículo e Ensino do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ e em divulgação científica com a Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ.</p> <p>A proposta de ampliar metodologias para enfrentar as <i>fakes news</i> e produzir informação de qualidade, em articulação com políticas de educação e saúde, pode expandir esta iniciativa, futuramente, para outras escolas da favela e contribuir para o fortalecimento da cidadania e de políticas públicas que promovam os direitos humanos e o bem-estar social.</p>
Atividades realizadas	<ul style="list-style-type: none">• Oficinas de formação em mídias digitais, produção audiovisual e comunicação popular com carga horária de 60h, às terças e quintas, das 13h às 16h, em colaboração com a rede Saúde Integral nas favelas, com a elaboração de peças de comunicação com foco no Dia Estadual de Mobilização para o Enfrentamento da Covid-19, saúde mental, meio ambiente, tabagismo, alcoolismo, depressão, infecções sexualmente transmissíveis, entre outros temas, e seus impactos nas favelas e periferias;• Produção de registros audiovisuais no território da Rocinha e compartilhamento via grupos de whatsapp; registros fotográficos e audiovisuais sobre a relação afetiva dos moradores com a Rocinha. Imagens que trazem as percepções dos estudantes sobre os ambientes em que vivem na Rocinha. Uso do whatsapp como um artefato de troca de saberes, ao compartilhar os materiais e trocas sobre a produção;• Visitas à Casa da Ciência da UFRJ e ao Campus da Praia Vermelha em 25/01/2024; atividades sobre o tema da saúde mental, escolhido pelos estudantes como um dos eixos de abordagem do projeto; à Pequena África no Cais do Valongo, Circuito de Herança Africana, realizada em parceria com o Instituto Pretos Novos em 11/04/2024; visita ao Canal Saúde da Fiocruz.



Projeto 6: Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha	
	<ul style="list-style-type: none">• Participação em reuniões de articulação e planejamento com a Fiocruz e outros parceiros como a PUC-Rio, para pensar propostas de atuação com o Núcleo de Reflexão sobre Cultura Digital, Juventude e Ensino Médio da PUC-Rio, projeto de pesquisa sobre comportamento digital implantado no CIEP Ayrton Senna; com as escolas André Urani e a Rinaldo Delamare para planejar atividades conjuntas; Centro de Saúde Albert Sabin e Museu Sankofa para debate sobre memória e os serviços de saúde pública da Rocinha;• Participação de reuniões de mobilização com professores do CIEP para elaboração de propostas de inserção das ações desenvolvidas no Projeto em atividades curriculares que podem fazer parte do Projeto Político-Pedagógico da escola;• Mostra dos trabalhos e exibição pública com câmera aberta (gravação de depoimentos e debate com o público participante, e transmissão simultânea em telão) com utilização das técnicas de TV Comunitária para apresentação de conteúdo sobre saúde integral produzido pelos Jovens Repórteres.
Sistema de avaliação	<ul style="list-style-type: none">• São realizadas reuniões semanais de gestão e monitoramento com a equipe, para planejamento e avaliação de resultados das atividades realizadas; registro das reuniões;• O material produzido nas oficinas é exibido para a turma e a produção é avaliada, de forma participativa, pelos Jovens Repórteres e equipe;• Reuniões mensais com a coordenação da Fiocruz e projetos que compõem o Plano Integrado de Saúde nas favelas;• Indicadores:<ul style="list-style-type: none">○ Motivação e desempenho individual e coletivo dos Jovens no domínio das técnicas de produção audiovisual e abordagem do conteúdo de comunicação em saúde;○ Alcance de público do material de comunicação em saúde veiculado nas mídias sociais comunitárias e na mídia social do projeto; número de inserções e views;○ Interesse da comunidade escolar e impacto do projeto nas atividades curriculares do CIEP;○ Resultados dos debates permanentes ao término de cada atividade (avaliação qualitativa) e registro em formulário de avaliação individual dos alunos e responsáveis e professores colaboradores e direção do CIEP;



CECIP

Projeto 6: Jovens Repórteres de Bairro da Rocinha	
	<ul style="list-style-type: none">○ Registros fotográficos e audiovisuais do processo e dos materiais produzidos pelos participantes.
Recursos Financeiros	Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro com recursos da Lei N° 8.972/20, do Fundo Especial da ALERJ sob gestão da Fiocruz/Ministério da Saúde.
Recursos Humanos	Coordenadora (pedagoga e especialista em comunicação popular e multimídia); 2 assessores jornalistas (produção executiva e articulação institucional); 2 monitores (articulação territorial e comunicação comunitária); 1 facilitador de produção audiovisual; 2 professores do CIEP; 1 Assistente Social. Outros profissionais envolvidos na parceria: 2 profissionais da Casa da Ciência da UFRJ; 3 pesquisadores do Laboratório.
Abrangência Territorial	Municipal - Favela da Rocinha

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025

Dinah Protasio Frotté
Diretora Administrativa Financeira